



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Lidiane de Gusmão Marques**

**DESAFIOS ENFRENTADOS NO CONTEXTO DO ENSINO REMOTO EM  
ALAGOAS: UM OLHAR SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA MODALIDADE  
EJA**

**Maceió - AL, 2023.**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Lidiane de Gusmão Marques**

**DESAFIOS ENFRENTADOS NO CONTEXTO DO ENSINO REMOTO EM  
ALAGOAS: UM OLHAR SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA MODALIDADE  
EJA**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Licenciatura em Ciências Sociais, sob a orientação da Professora Dra. Jordânia de Araújo Souza.

**Maceió - AL, 2023.**

**Dedico este trabalho aos meus filhos Victor e Victória,  
os amores da minha vida.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus que é o meu sustento, a minha rocha, o meu regaço acolhedor.

Nossa Senhora Aparecida e São Miguel Arcanjo, que receberam muitas orações e pedidos de intercessão da minha parte e me socorreram em todos os momentos que eu precisei.

A minha família por todo apoio e incentivo, minha mãe, meus filhos, meu esposo, minha irmã e meus sobrinhos.

Aos meus amigos do grupo dos “desesperados”, João, Kássia e Giovanna, que eu amo como os meus filhos e participaram ativamente ao longo de todos os anos de academia, eu nunca vou esquecer de vocês.

A Universidade Federal de Alagoas por me ofertar uma formação com possibilidade de ensino, pesquisa e extensão. Ao Instituto de Ciências Sociais e a todos os professores que contribuíram para essa etapa ser concluída, em especial a minha orientadora Jordânia, a melhor professora da UFAL, que eu amo de verdade, uma amiga querida que a vida me deu.

Ao meu filho Victor Gusmão com quem eu tive o grande privilégio de conviver durante 24 anos, e a única razão da minha felicidade pelos anos que eu ainda venha a viver, minha filha Victória.

# **DESAFIOS ENFRENTADOS NO CONTEXTO DO ENSINO REMOTO EM ALAGOAS: UM OLHAR SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA MODALIDADE EJA**

Lidiane de Gusmão Marques<sup>1</sup>

## **Resumo**

Este artigo tem como objetivo analisar os desafios enfrentados por docentes da Educação de Jovens e Adultos, em Maceió/Alagoas, durante a pandemia, com foco no profissional que atua com a disciplina de Sociologia. Para tanto, o estudo foi embasado metodologicamente por uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, através da aplicação de entrevistas semiestruturadas e questionários. Além disso, realizamos pesquisa bibliográfica através de plataformas de pesquisa como a Scientific Electronic Library (Scielo) e o Google Scholar. Dentre os resultados observados pode-se destacar que os docentes que colaboraram com essa pesquisa enfrentaram desafios relacionados ao uso das TDIC, mas também chama nossa atenção o fato de que muitos temas levantados pela pandemia da COVID-19, são ou têm potencial de serem discutidos pela Sociologia em sala de aula, por serem temas inerentes a heterogeneidade das turmas da educação de jovens e adultos. Destaca-se também o fato de que faltam políticas mais efetivas para tratar o analfabetismo digital, o que poderia ser trabalhado na modalidade EJA.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos; Sociologia; Covid-19; Aulas remotas.

## **Abstract**

This article aims to analyze the challenges faced by teachers of Youth and Adult Education, in Maceió/Alagoas, during the pandemic, focusing on the professional who works with the discipline of Sociology. Therefore, the study was methodologically based on a qualitative approach, of an exploratory nature, through the application of semi-structured interviews and questionnaires. In addition, we carry out bibliographical research through research platforms such as the Scientific Electronic Library (Scielo) and Google Scholar. Among the observed results, it can be highlighted that the professors who collaborated with this research faced challenges related to the use of DICT, but it also draws our attention to the fact that many topics raised by the COVID-19 pandemic are or have the potential to be discussed for Sociology in the classroom, as they are themes inherent to the heterogeneity of youth and adult education classes. Also noteworthy is the fact that there is a lack of more effective policies to deal with digital illiteracy, which could be work in the EJA modality.

**Keywords:** Youth and Adult Education; Sociology; Covid-19; Remote classes.

---

<sup>1</sup> Licencianda em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Sociais - ICS da Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

## 1. INTRODUÇÃO

Aprender a ler e escrever são processos de emancipação que podem gerar inclusão, permitindo não só que as pessoas se tornem mais independentes em suas ações, mas que se tornem socialmente ativas e porque não dizer politicamente participativas. O acesso à escolarização no Brasil precisa ser considerado a partir de análises que tomem como referência alguns marcadores sociais da diferença, dentre eles, quando refletimos sobre a educação de jovens e adultos (EJA)<sup>2</sup>, destacam-se a questão de classe social, gênero e raça.

Conforme salienta Cunha Júnior et al. (2020) a defesa ao direito de uma educação voltada para os jovens e adultos que foram excluídos da educação escolarizada, ainda é vista como uma educação compensatória, reproduzindo muitas vezes modelos escolares voltados para crianças. Os autores ainda ressaltam que, quando nos reportamos a EJA, estamos nos referindo a homens e mulheres “que experienciam/experienciaram a exclusão social em seus diversos aspectos, mas, prioritariamente, quanto a negação de direitos e dentre eles, as condições de acesso e permanência nos espaços escolares” (Cunha Júnior et al, 2020, p. 4).

Esta modalidade de ensino, ainda que seja considerada essencial para a educação de base do país, tem sua aplicação de modo desafiador em virtude da heterogeneidade de seu público-alvo. Mesmo assim, desde sua implantação até os dias atuais uma significativa parte da população vem se beneficiando de sua oferta. Todavia, a educação como um todo nos últimos anos, vem sofrendo ajustes desde que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o estado de pandemia em virtude do vírus da COVID-19.

O ano de 2020 trouxe ao Brasil uma realidade pandêmica, advinda da Europa, que há muito não se vivia, haja vista que o último destes abalos sanitários que enfrentamos foi no início do século passado (1918) quando a Gripe Espanhola, ocasionada pelo Vírus Influenza, assolou o mundo matando milhões de pessoas.

Ambas as pandemias impulsionaram mudanças na rotina de trabalho e na vida social das pessoas, em especial no que se refere à política de isolamento que por sua vez propiciou um impacto nos setores comerciais de vários ramos, e demais atividades coletivas, dentre elas o campo educacional (de todos os níveis). Diante do cenário que se apresentava nesse último momento pandêmico todos tiveram que buscar soluções e adaptações para garantir a oferta da

---

<sup>2</sup> EJA é a sigla de Educação de Jovens e Adultos, hoje conhecida como EJAI, incluindo também os idosos. O programa foi criado por um Decreto nº 6.093 de 24 de abril de 2007, e seu objetivo era a universalização da alfabetização destinada ao público, a partir dos 15 anos ou mais, que não completou, abandonou ou não teve acesso à educação formal na idade apropriada.

escolarização, e uma das medidas adotadas, no caso da educação, foi a adesão ao ensino remoto

Este formato de ensino, que possui total dependência do meio virtual, tecnológico e do acesso à internet, gerava um cenário de prováveis contratempos, seja pela oscilação da rede, seja pela baixa qualidade dos aparelhos, tanto por parte das instituições de ensino, quanto por parte dos professores e estudantes. E quando consideramos os estudantes da EJA, muitos deles trabalhadores que se mantiveram nas rotinas de trabalho fora de casa, com precárias condições de acesso a internet, poderíamos dizer que, mais que contratempos, observamos a intensificação das desigualdades sociais por eles vividas.

Pensando nisso, este trabalho teve como objetivo analisar os desafios enfrentados pelos profissionais docentes da EJA, em escolas estaduais de Maceió/AL, durante a pandemia, com foco no profissional que atua com a disciplina de Sociologia. Além de ser estudante do curso de licenciatura em Ciências Sociais, a motivação pela escolha de tais professores se deu por observarmos que o cenário da pandemia e o momento político que o país vivia, provocava a intensificação de discussões que são potenciais para o debate na disciplina de Sociologia. Assim, nossa intenção inicialmente era, além de observar os desafios que os professores encararam, acompanhar as aulas de modo a observar se tal contexto era trazido para o debate, seja pelos professores ou mesmo pelos estudantes, considerando que a pandemia acabou por dar ainda mais visibilidade a muitos desafios enfrentados no nosso dia-a-dia, como o racismo, a desigualdade social, a violência de gênero, etc. Algo que não conseguimos realizar, em virtude das diferentes condições de oferta das atividades durante o Ensino Remoto Emergencial, que serão melhor exploradas ao longo do texto.

Desse modo, a pesquisa focou na reflexão sobre “Quais os desafios enfrentados pelos professores de Sociologia na modalidade EJA, durante as atividades de aulas remotas em Alagoas?”. Nosso contato com os professores se deu através do envio de mensagem no grupo de whatsapp de professores de Sociologia de Alagoas, seguido pelo envio das questões para aqueles que atuavam na EJA e posteriormente, nas situações possíveis, realização de entrevista no formato on-line.

Consideramos que entre os desafios enfrentados pelos professores da EJA, que ministram a disciplina de Sociologia, se destacavam: a alta evasão, a dificuldade de acesso e a menor taxa de realização das atividades escolares. O que provavelmente afetou outros professores e modalidades de ensino, embora nosso escopo de entrevistas não dê conta de experiências de professores de modalidades diferentes de ensino e situados em diferentes regiões do estado ou mesmo do país.

Deste modo, este trabalho tem sua relevância ao buscar apresentar uma análise sobre

experiências acerca desta modalidade de ensino durante o contexto pandêmico, sobretudo pela ótica docente, por meio de profissionais que se dedicam não somente ao ensino, mas também ao estudo da sociedade e de seus avanços.

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

Este estudo realizou-se através de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo exploratória, através do desenvolvimento de pesquisa bibliográfica e aplicação de entrevistas semiestruturadas com professores que atuam em escolas que recebem estudantes da EJA.

Os dados coletados, através das entrevistas durante o segundo semestre de 2020, foram analisados de maneira qualitativa em comparativo com as informações já previamente levantadas pela fundamentação teórica a qual foi elaborada por meio de buscas avançadas, com foco no debate sobre EJA, ensino remoto e híbrido, além de ensino modular, considerando a série temporal de 2016-2021 através das bases de dados do *Scielo* e *Google Scholar*.

A construção da amostra se deu a partir do retorno dos professores ao nosso contato através do grupo de WhatsApp de professores de Sociologia do estado de Alagoas, além do contato já estabelecido com professores da rede estadual para quem enviamos as questões. Um dos desafios foi contactar os docentes no contexto pandêmico, sem condições de contato presencial. Foram entrevistados cinco professores de Sociologia de Maceió/AL, recebemos um retorno de mais professores, mas os mesmos atuaram em outros estados o que levou a exclusão desses dados. O perfil desses entrevistados se equilibra em quantidade entre homens e mulheres com ao menos um ano de experiência na docência no ensino da Sociologia.

Para esta pesquisa exploratória foi utilizada a entrevista semi-estruturada (ANEXO 1), contendo 15 perguntas abertas, como instrumento de captação de informações. Como bem frisou Minayo (2010), as entrevistas enquanto instrumentos de pesquisa podem ser consideradas como conversas com finalidades, e com este modelo de entrevista escolhido, as respostas são estimuladas pelas perguntas previamente elaboradas e dispostas por instrumento de coleta. É importante destacar que a dinâmica das entrevistas funcionou através do WhatsApp ou Google Meet, mediante disponibilidade de cada professor.

O procedimento de análise dos dados coletados, para que se obtivessem respostas em relação aos objetivos do estudo, foi a análise de conteúdo. Para Franco (2008), na análise de conteúdo é realizada comparações contextuais, as quais são direcionadas a partir da sensibilidade, intencionalidade e da competência do pesquisador.

### 3. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A história da EJA no Brasil tem sido marcada por avanços e retrocessos, quando o Brasil já havia se tornado república é que foi mencionada a necessidade de criar o primeiro plano nacional de educação, no artigo 150 da Carta Magna, também conhecida como a Constituição Brasileira de 1934. E assim restabeleceu a educação como dever do Estado, determinando que o Governo devesse oferecer um ensino gratuito integral a todos, inclusive aos adultos que não puderam concluir os seus estudos no ensino regular. A partir daí, a EJA começou a ser pensada e nos anos seguintes algumas medidas importantes foram tomadas para sua consolidação. Na década de 1940 foi criado o Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), além do surgimento das primeiras obras dedicadas ao ensino de supletivo, bem como a criação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). Esse conjunto de iniciativas permitiu que a educação de adultos se firmasse como uma questão nacional.

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela Campanha Nacional de erradicação do Analfabetismo (1958) e o golpe militar de 1964, que reprimiu todos os movimentos de alfabetização, pois vinculava-os a ideia de fortalecimento da cultura (Rodrigues; Machado, 2015). Estes movimentos de alfabetização de adultos foram substituídos pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), idealizado pelo regime militar, que tinha um caráter mais assistencialista e conservador (Cunha; Xavier, 2009).

Foi no ano de 1971 que a EJA teve melhor avanço com a criação das primeiras turmas de ensino supletivo em todo o país, essa iniciativa tinha o objetivo de atender as necessidades de uma sociedade em processo de modernização. Outro marco importante para a EJA nessa década foi a criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 5.692/1971, que estabeleceu pela primeira vez na história um capítulo específico para a EJA, mas com ressalvas, pois a lei limitava o dever do Estado a faixa etária dos 7 aos 14 anos, retirando deste um verdadeiro compromisso com a educação de jovens, adultos e idosos.

No início da década de 1980 a sociedade brasileira vivia o fim da ditadura militar. Com a retomada do processo de redemocratização, o MOBRAL foi extinto dando lugar a Fundação Educar. Em um cenário de transformações sociopolíticas e de crise econômica, educadores e políticos se organizaram em defesa de uma escola pública e gratuita para todos sem exceção, não obstante a pauta da educação de jovens e adultos foi levada em consideração durante os debates para a criação da nova constituição em 1988, a partir daí o ensino fundamental,

obrigatório e gratuito passou a ser garantia constitucional para aqueles que não tiveram acesso na idade apropriada (Brasil, 1988).

Nos anos que se seguiram o que se viu foi uma constante fragilidade em relação aos avanços até então conquistados pela EJA, como a expansão e aprofundamento das reformas neoliberais remetendo o ensino de jovens e adultos à iniciativa privada e a filantropia.

Após a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96<sup>3</sup> na qual se decretou uma referência acerca da EJA, nos artigos 4 e 5, perfazendo assim ganho bastante significativo para a educação dos adultos, reconhecendo essa modalidade de ensino. Em meio as discontinuidades, foi a partir de 2003, que a EJA voltou a ter prioridade para o Governo Federal, quando o Ministério da Educação lançou o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) que proporciona a jovens e adultos oportunidades de continuar seus estudos, em um período curto de tempo, e foram criadas iniciativas como o PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) e o ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) - Dec. nº 5.840/06.

No contexto do governo Lula - 2023 há uma proposta de política nacional de educação de jovens, adultos e idosos, o ALFABETIZA BRASIL que pretende pagar bolsas de estudos e oferecer capacitação profissional para esta modalidade.

Ao se falar de Educação de Jovens e Adultos estamos nos referindo a uma modalidade de ensino muito importante para um país em desenvolvimento como o Brasil, pois irá trabalhar o avanço da educação básica de uma expressiva parte da população nacional. O principal objetivo desta modalidade é a retomada dos estudos por parte de indivíduos, em sua maioria de baixa renda, possibilitando maior capacitação para a vida social e profissional (BocaSanta; Rapkiewicz; Da luz, 2021).

Ao se considerar a LDB, nota-se que a educação básica engloba a educação infantil, o ensino fundamental e médio, e ao considerar a EJA, vemos que esta modalidade é direcionada a jovens e adultos que não tiveram oportunidade de ingressar ou concluir seus estudos dentro da idade considerada regular por diversas razões, que não caberia na presente análise dar conta, sendo necessária a possibilidade de adquirir o conhecimento escolar e a certificação de estudo independente de seu estágio de vida pessoal, profissional e financeira.

É reconhecida a necessidade de turmas específicas para esta modalidade ao se compreender que as diferenças excessivas de idade geram também realidades muito distintas

---

<sup>3</sup> Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

entre os estudantes, logo, se ter na mesma sala de aula um estudante de 20 anos e estudantes com idade variando de 10 a 12 anos já provoca desafios didáticos para os professores, imaginemos quando temos estudantes que estão há anos fora do espaço escolar e que são adultos. Tal cenário demanda a criação de turmas que comportem um público alvo diverso, público este que precisa ter suas aulas em horários estratégicos, uma vez que em sua maioria já possui família formada, trabalha ou exerce atividades em demasia em horário comercial (Da Silva; Freitas; De Almeida, 2021).

Os autores ainda destacam que estas turmas da EJA acontecem em horário noturno ou aos sábados e possuem uma carga horária menor se comparada ao ensino regular. Os estudantes inseridos nesta modalidade de ensino perpassam um curso com diferentes etapas, com matérias correspondentes ao que já está previamente estabelecido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

No que se refere ao público-alvo, em via de regra, este tipo de ensino deve ser ofertado àqueles indivíduos que possuem o mínimo de 15 anos para o ensino fundamental e idade acima de 18 anos para o ensino médio, sendo necessário o ingresso na escola regular caso o jovem possua idade inferior àquela definida pela modalidade da EJA.

Sendo assim, o foco da EJA é desenvolver um ensino fundamental e médio com qualidade, permitindo amenizar o déficit educacional do país, sobretudo em regiões em que a educação básica foi por anos esquecida pela agenda política, provocando entre outros efeitos danosos, um grande percentual de indivíduos socialmente dependentes por estarem incluídos no percentual de analfabetos, como é o caso de Alagoas conforme destaca o Anuário da Educação da Básica.

### **3.1. Desafios da implantação e continuidade da EJA**

Atualmente o MEC<sup>4</sup> não dispõe de um setor que gerencia as questões voltadas à educação de jovens e adultos, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade Inclusão (SECADI) foi extinta nos primeiros anos do governo Jair Bolsonaro, a decisão foi uma manobra para eliminar temáticas de direitos humanos, de educação étnico-racial e a própria palavra diversidade (Saldaña, 2022), embora tal modalidade de ensino vivencie muitos desafios, é no contexto prático que se encontram os mais intensos. São muitas as dificuldades para a

---

<sup>4</sup> MEC é o Ministério da Educação, o qual é responsável pela elaboração e execução da Política Nacional de Educação (PNE). Todo o sistema educacional brasileiro, desde a educação infantil até profissional, tecnológica e superior, está sob responsabilidade deste ministério.

abertura de uma turma da EJA que se mantenha até a sua conclusão, em virtude do alto índice de evasão. Em sua pesquisa, De Paula (2021) destaca que a grande heterogeneidade entre os alunos como um dos fatores que provoca a evasão.

Conforme salientam Morais, Souza e Gaudencio (2022, p. 304-305),

Os sujeitos da EJA são as pessoas historicamente excluídas dos direitos e garantias básicas. São os sujeitos da EJA que mais sofrem os ataques proferidos pelas políticas neoliberais, são eles as maiores vítimas das reformas trabalhistas, do desemprego, do trabalho intermitente, da precarização dos serviços de saúde, do encarceramento em massa, dentre outras realidades.

Os autores ressaltam a pluralidade entre os estudantes que frequentam a EJA. De tal modo, é importante ressaltar que são muitas as motivações para o ingresso nessa modalidade de ensino, o que demanda uma análise específica. É recorrente nos textos sobre a temática a presença de tais motivações: a distância entre a escola e a residência do estudante; questões financeiras familiares que exigem a inserção no mercado de trabalho precocemente, ou mesmo porque na época o ensino não era tão difundido em sua comunidade de origem entre outros fatores que podem ter dificultado a continuidade dos estudos. Todos esses fatores perpassam uma questão de classe social.

Mesmo diante de qualquer uma dessas possibilidades, segundo um princípio constitucional é preciso que o Estado busque maneiras de identificar estes indivíduos na sociedade e promova mecanismos de sensibilizá-los para o retorno aos estudos bem como apresentar formas viáveis de mantê-los no sistema educacional. Segundo a Constituição Federal de 1988:

**Art. 208.** O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I- Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
- II- Progressiva universalização do ensino médio gratuito;
- III- Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV- Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;
- V- Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI- Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- VII- Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1988).

Deste artigo ressalva-se o item I que destaca a oferta de ensino aos indivíduos cuja realidade particular tenha os impedido de ter acesso ao estudo na idade própria, sendo assim

um item que justifica a criação da EJA, pelo direito do cidadão assegurado pela Constituição Federal por ser um item relevante a ordem social.

Vale salientar que o papel mínimo da EJA é o compromisso em alfabetizar os indivíduos. A luta social pela redução do analfabetismo é uma luta antiga, podendo ser considerada como uma dívida social, por ter deixado pessoas ficarem sem acesso a educação, com esse direito negado, especialmente em relação ao povo que reside no nordeste brasileiro que ainda possui o maior percentual de analfabetos do país, com 13,9%, em que 37,2% destes indivíduos têm 60 anos ou mais. Além disto, a região Nordeste apresentou entre os anos de 2018 e 2019, um leve aumento da taxa de analfabetismo segundo o IBGE<sup>5</sup> (2020).

De acordo com Soares (2003),

Um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado; alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; já o indivíduo letrado, o indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita (SOARES, 2003, p. 40).

Nestes termos o indivíduo letrado é aquele que se ocupa da função social dessa leitura e dessa escrita, isto significa que estas habilidades são exercitadas com frequência em seus cotidianos. Hoje, quando se fala de analfabetismo deve-se levar em conta outras formas que também precisam ser observadas, como é o caso do analfabetismo funcional que trata-se da incapacidade em compreender operações matemáticas simples ou pequenos textos e de organizar as próprias ideias de modo a criar uma argumentação.

Há também o analfabetismo digital que refere-se a falta de habilidade em conseguir lidar com signos, gestos e comportamentos necessários para ler e escrever no computador e em outros dispositivos digitais. Então, a questão do analfabetismo exige uma vontade política para gerar um projeto societário de educação que promova de maneira eficaz uma segunda oportunidade ao acesso à escola.

Para tanto, é preciso que os docentes da modalidade estejam preparados e sensibilizados com a realidade que encontrará no campo prático da atuação da educação de jovens e adultos. Todavia, para uma parte dos professores, atuar na EJA não acontece por opção e sim como um complemento de carga horária, e por isso, em alguns casos, os professores novatos nessa modalidade de ensino se preparam da mesma maneira que para ensino regular, mas é preciso entender algumas especificidades da EJA.

---

<sup>5</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o qual têm sua importância dada pela produção de dados e informações para instrumentalizar estudos científicos e planejamentos de ações públicas.

Os cinco mandamentos fundamentais<sup>6</sup> do professor de educação para jovens, adultos e também para idosos são: 1. Considerar as trajetórias dos educandos; 2. Respeitar o tempo de cada um; 3. Faixas etárias com especificidades diferentes; 4. Diversidade como regra; 5. Motivar sempre/desistir jamais.

Considera-se a trajetória do educando, por exemplo, quando o docente procura entender porque o estudante chegou até aquela determinada idade sem saber ler e escrever. A diversidade no ensino regular é uma exceção à regra, mas a diversidade supracitada nos mandamentos é a realidade da EJA, com turmas totalmente heterogêneas. Nesta modalidade de ensino os indivíduos exercem ofícios diferentes, muitas vezes possuem idades bem distantes um do outro e apresentam limitações e expectativas distintas.

Ao se considerar ainda, o ensino da Sociologia neste cenário, percebe-se que todas as questões sociais que envolvem a heterogeneidade das turmas da EJA são pontos a serem explanados para o respeito da diversidade e da luta de cada indivíduo. Dentro de um cenário pandêmico, essa trajetória se torna ainda mais necessária de ser defendida, uma vez que a pandemia provocou mudanças de convívio, de práticas de higiene e alimentação, entre outras posturas do indivíduo, na coletividade e nas questões particulares. Antes de discutirmos as medidas adotadas pelos professores de Sociologia na EJA iremos destacar alguns elementos sobre o ensino de Sociologia em Alagoas.

### **3.2. O Ensino de Sociologia no Brasil e em Alagoas**

Ao longo do séc. XX a Sociologia esteve presente nos currículos escolares como disciplina intermitente, o que provocou uma grande lacuna em seu processo de adequação do ensino, sendo eles os desafios da legitimidade, identidade e epistemologia, contudo o ensino de Sociologia tem ganhado mais espaço entre as pesquisas realizadas e se tornado uma temática de estudo mais presente no campo acadêmico a partir de teses, dissertações, TCC's, artigos publicados em revistas e eventos que vem trazendo a temática para a lista dos principais assuntos, mesmo que não esteja tão consolidada, assim como a própria presença da Sociologia no ensino médio que já passou por muitas idas e vindas no currículo.

Foi a partir da Lei nº 11.684/08, que altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que foi estabelecida a inclusão da Filosofia e da Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. A disciplina de Sociologia volta a fazer parte dos

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/2147/os-cinco-mandamentos-do-professor-da-eja>

currículos do ensino médio em um contexto de reformas, mudanças e crise no modelo tradicional de educação (Vargas, 2019), oportunizando novos espaços e conquistas para as disciplinas, tanto na educação básica, como no campo acadêmico.

Com a comunidade acadêmica demonstrando interesse pela temática, novas questões de pesquisa e aprimoramento da operacionalização dos métodos e das teorias utilizadas contribuí para o avanço científico e didático-pedagógico (Bodart; Tavares, 2020). Dessa forma, os últimos anos foram marcados por um aumento na produção de conhecimento dentro e sobre a área.

A nova reforma do ensino médio, Lei nº 13.415/2017, não exclui a disciplina de Sociologia, mas ela retirou a obrigatoriedade da Sociologia do currículo escolar, apesar de indicar que essa disciplina deveria compor a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Oliveira; Cigales, 2019).

Em Alagoas o cenário não foi diferente, conforme Florêncio (2007), a história da disciplina Sociologia no ensino de nível médio não foge aos delineamentos que a disciplina sofreu a nível nacional, uma vez que tanto se faz presente no primeiro período de obrigatoriedade nacional (1925-1942), como também, registra-se o seu ensino no Curso Normal desde 1972, sob a nomenclatura Sociologia Educacional (Oliveira, 2007 *apud* Melo, 2015). A partir de 1999, em virtude da inclusão dos conhecimentos sociológicos no rol das exigências do processo de vestibular da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), a disciplina Sociologia se projeta para toda a rede de ensino de nível médio (Oliveira, 2007; Florêncio, 2007). Porém, fica a critério dos diretores e coordenadores sua inclusão ou não no currículo escolar, bem como sua distribuição nas séries do ensino médio. Com o contexto posto pela BNCC e as mudanças implementadas na EJA no estado de Alagoas, observamos agora sua oferta em formato modular, dinâmica que será destacada posteriormente nesse texto.

### **3.3. Medidas adotadas para continuidade da EJA durante a pandemia da Covid-**

#### **19**

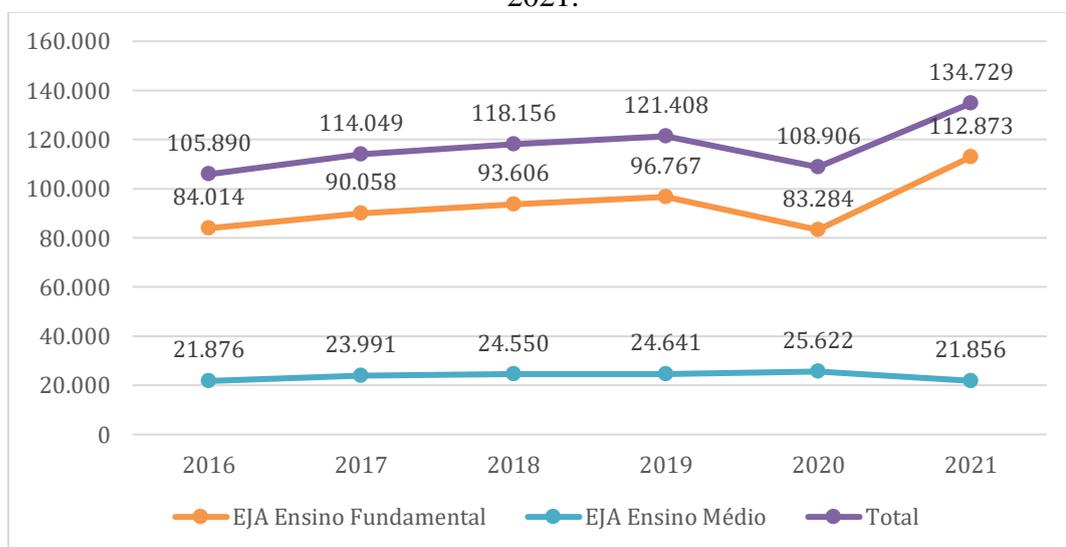
No Brasil, entre 2010 e 2020 foi observada uma queda de 31% no total de matrículas nas escolas públicas, de acordo com o Anuário Brasileiro de Educação Básica (2021). Com o isolamento/distanciamento social provocado pelas medidas de controle do contágio do vírus da Covid-19, especialistas já acreditavam que os estudantes da EJA seriam um dos grupos mais vulneráveis devido à mudança no ensino presencial. O reflexo disto pode ser visto no último

Censo Escolar da Educação Básica, divulgado pela agência de avaliação dos sistemas educacionais e da qualidade da educação no Brasil, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em que foi registrada uma queda de 8,2% nas matrículas para a EJA em 2020 (3.002.749 - nº de matrículas na EJA), o que se refere a aproximadamente 271 mil matrículas a menos do que no ano anterior, 2019 (3.273.668 - nº de matrículas na EJA).

Para garantir a frequência dos alunos da EJA é preciso muita flexibilidade do professor, mas antes disso, demanda políticas que vão além da sala de aula, como território, estrutura familiar, saúde, economia, entre outras questões. Com a extinção da SECADI, a secretaria responsável por essa e outras áreas do Ministério da Educação, e com o baixo investimento no setor, esse quadro tende ao agravamento cada vez maior, por isso é preciso a união da comunidade escolar de modo a reivindicar políticas públicas mais urgentes e efetivas para que os mais de 11 milhões de brasileiros com mais de 15 anos que não sabem ler e escrever tenham acesso a políticas que os possibilitem permanecer na escola e concluírem seus estudos.

No quesito matrículas na EJA, o Estado de Alagoas vinha seguindo na contramão do restante do país até o ano de 2020. Segundo relatório do Censo da Educação Básica divulgado pelo governo do Estado em um resumo técnico (**Gráfico 1**), o número de matriculados na modalidade da educação de jovens e adultos (EJA) teve um aumento médio de 2,8% entre 2016 e 2020 que configurou um total de 108.906 alunos matriculados (DEED/INEP, 2020). Contudo, em 2020 o cenário começou a se alterar gerando uma queda no número de matrículas como pode ser observada no gráfico abaixo.

**Gráfico 1.** Número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos em Alagoas – 2016 a 2021.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DEED/INEP com base nos dados do Censo da Educação (2021)

Segundo Da Silva, Freitas e De Almeida (2021), essa queda pode ser explicada pela crise econômica que se agrava no país e que foi impulsionada ainda mais com a disseminação do vírus da COVID-19, o que gerou um tendencioso decréscimo de matriculados na modalidade EJA. Inclusive, na EJA de nível médio que havia mantido uma elevação de 4,0% em 2020 em relação a 2016, passou a ter evasão em 2021 provocada pelo isolamento social e a falta de estrutura de muitas escolas em manter o ensino de maneira remota (DEED/INEP, 2020). Algo que não se observou nas matrículas do ensino fundamental. É nesse contexto que observamos a criação de um conjunto de programas no estado visando o atendimento das matrículas desses estudantes, à exemplo do programa de busca ativa *Vem Que Dá Tempo*<sup>7</sup>.

No final de 2019 todos os países do mundo foram acometidos por um vírus letal e altamente infeccioso (OMS), logo se iniciou uma das piores epidemias registradas na história da humanidade, considerando o cenário da pandemia e do isolamento social ocorrido no período mais crítico, foi estabelecido o fechamento das escolas. No dia 7 de abril de 2020, foi criado o Regime Especial de Atividades Escolares Não-Presenciais o (REAEMP), que elenca propostas para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem de modo a contribuir para a qualidade de ensino e garantir os direitos resguardados aos estudantes (Dec. nº 4.904/2020).

O REAEMP promoveu mudanças em toda a estrutura de ensino da rede estadual de Alagoas, os momentos presenciais foram suspensos e a grande maioria das atividades foram administradas por meio da internet, através de plataformas digitais.

Diante de um cenário de grandes desafios onde a educação alagoana se encontrava com déficit de aprendizagem, essa mudança não foi a ideal, mas necessária para a continuidade da oferta de ensino, porém vários desafios foram aparecendo durante todo esse período, um dos mais preocupantes foi a falta de acesso a internet que contribuiu para a exclusão de muitos estudantes evidenciando a desigualdade social e econômica vivida por muitos desses estudantes alagoanos.

Em relação às medidas adotadas para a EJA, como já chamaram atenção Moraes, Souza e Gaudencio (2022) nota-se a falta de ações voltadas especificamente para esta modalidade, o REAEMP optou por generalizar as ações de todas as modalidades, porém percebe-se em certo momento uma preocupação com as últimas séries do ensino médio, o que não acontece com a EJA em momento algum.

---

<sup>7</sup> O *Vem que dá tempo* foi criado, pelo governo do estado de Alagoas, em julho de 2021, buscando acelerar a escolarização dos alagoanos e combater a taxa de analfabetismo. O programa tem o objetivo de dar suporte à escolarização de jovens e adultos, principalmente aqueles em vulnerabilidade social. Os estudantes participantes têm direito a bolsas de estudos pela permanência, além de um bônus pela aprovação.

Além de todos os desafios que estavam sendo enfrentados nesse contexto, em Alagoas, os autores destacam a implementação da EJA modular, a mesma

visa elevar a escolaridade média da população de jovens e adultos do estado de Alagoas. Na EJA modular são ofertados 4 módulos, sendo eles: Práticas de Linguagem (M1); Matemática (M2); Ciências Humanas (M3); e, por último, Ciências da Natureza (M4). Sem que nos esqueçamos de que, cada um deles, possuem a duração de 50 e 75 dias, nos turnos diurno e noturno, respectivamente (Morais; Souza; Gaudencio, 2022, p. 306).

Com uma visão claramente tecnicista, a proposta de EJA modular promoveu uma descontextualização das fronteiras entre as disciplinas, gerando ainda mais dificuldades para os professores da EJA no contexto de pandemia.

Continuando com as mudanças propostas, em 16 de julho de 2021, o Governo lançou o Programa Escola 10 – Vem Que Dá Tempo, por meio da Lei Estadual 8.470/2021. Com a proposta de aumentar o grau de escolaridade de jovens e adultos alagoanos, por meio da colaboração da Secretária de Estado da Educação – SEDUC com as Prefeituras Municipais do Estado de Alagoas, devendo o Programa observar, conforme o artigo 3º da Lei Estadual 8.470/2021, as seguintes diretrizes:

- I – expansão da oferta de ensino médio modular da EJA na Rede Estadual;
- II – expansão da oferta dos 1º e 2º segmentos, no âmbito da EJA Modular, nas Redes Municipais;
- III – ofertar a realização de exames de avaliação e certificação do Ensino Fundamental no Estado de Alagoas;
- IV – oferta de cursos preparatórios para a realização do exame de avaliação, referido no inciso III deste artigo;
- V – oferta de incentivo financeiro para os eventuais beneficiários do Programa; e
- VI – oferta de bolsa-formação para profissionais da educação que atuarão na pesquisa, busca ativa, cursos preparatórios, mediação tecnológica e aplicação dos exames. (Alagoas, Lei Estadual 8.470/2021, art. 3º)

O programa surgiu da necessidade de implementação de políticas públicas, por parte do Governo de Alagoas que pudesse reduzir o analfabetismo e elevar a taxa de escolaridade de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social. Por meio de uma certificação de Ensino Fundamental os estudantes conseguem sua matrícula automaticamente na Eja Modular consequentemente, ao término dos quatro módulos a conclusão do Ensino Médio em 300 dias (no turno noturno) ou 200 dias (no turno diurno), essa proposta promove o aceleração do nível de escolaridade de pessoas que estão afastados da escola há pelo menos dois anos.

Como forma de estímulo à adesão o programa oferece incentivo financeiro ao público-alvo, em forma de bolsas, que são ofertadas tanto para os alunos como para os professores que

nele atuam, são elas: Incentivo estudantil de 200 reais para os candidatos que realizarem o no Exame Estadual de Avaliação e Certificação na modalidade EJA, a fim de promover o acesso e a continuidade dos estudos na EJA Ensino Médio Modular e mais 300 reais pagos pelo Governo do Estado aos aprovados, Bolsa Permanência de 100 reais, que será disponibilizada de forma a estimular a continuidade dos estudantes maiores de idade no ensino médio modular no âmbito do Programa, sendo paga de forma proporcional aos dias letivos frequentados na escola na qual o beneficiário esteja matriculado, podendo ser cancelada se a frequência escolar for inferior a 75% da carga horária mensal e o Bolsa Formação de 1.500 reais que é destinado aos profissionais da SEDUC que atuarem em prol do exame estadual de avaliação e certificação na modalidade da EJA, desenvolvendo atividade de pesquisa, busca ativa, cursos preparatórios, mediação tecnológica e aplicação do exame.

De acordo com os dados informados pela agencia de governo do Estado de Alagoas entre 2021 e 2022 o programa Vem que dá tempo contemplou 42.566 pessoas com a certificação de conclusão do ensino fundamental em todo o Estado (Alagoas, 2022).

A prova do ENCCEJA é um exame que ocorre anualmente e é voltado para as pessoas que ainda não terminaram seus estudos e desejam obter a certificação do ensino fundamental ou médio. A sigla que dá nome ao teste significa Exame Nacional para Certificação de Competência de Educação de Jovens e Adultos. Esta prova ocorre em um único dia e é subdividida em quatro eixos que são: Ciências Humanas; Linguagens; Matemática e Ciências da Natureza, os quais possuem trinta questões cada um, sendo dois eixos aplicados no período matutino e dois eixos no período vespertino.

As inscrições para este exame ocorrem de maneira *on-line*, similar a outros exames e para que o candidato seja aprovado no exame e de fato consiga a certificação desejada é preciso atingir acertos em ao menos doze questões por eixo. Caso o candidato, que fez a inscrição para obter certificação tanto para o nível fundamental quanto para o nível médio, não atinga a pontuação mínima ou falte a aplicação da prova em algum dos níveis, isto não o elimina do exame, pois é possível conseguir a certificação do ensino fundamental de maneira isolada sem precisar necessariamente ter sido aprovado no teste de nível médio e receber um certificado de proficiência nas áreas de conhecimento em que ele obteve êxito (Valeriane, 2021).

Com a pandemia da COVID-19, o ritmo das atividades em todo o Brasil sofreu alteração e a vida, principalmente da população mais carente, foi impactada fortemente por esta crise sanitária. O público alvo da EJA que também é o público alvo do ENCCEJA está em sua maioria massiva entre a população mais desfavorecida, do campo e dos centros urbanos o que fez com que muitos fossem obrigados a deixar mais uma vez os estudos de lado, para tratar de

questões mais emergentes, como a busca por alimento, medicamentos e dinheiro para pagar despesas básicas.

Ao mesmo passo, com a curva de infecção subindo, o Ministério da Educação se viu obrigado a remarcar os exames nacionais. Neste contexto o ENCCEJA foi remarcado duas vezes. A prova que deveria ser aplicada em 2020 foi remarcada para o dia 25 de abril de 2021 devido a um novo pico de infecção do coronavírus e remarcada, mais uma vez, em virtude do cenário pandêmico ainda oscilante, para o dia 29 de agosto do mesmo ano, quando finalmente foi possível sua execução (Valeriane, 2021).

Com os impactos sociais sofridos pela população e com a continuidade da pandemia, era pouco provável que o exame fosse um sucesso de adesão. Ainda que para prestar o ENCCEJA não seja necessário ser aluno da EJA, é sabido que a maioria dos candidatos advém da educação de jovens e adultos, assim com a considerável evasão da modalidade nos anos de 2020/2021, a baixa na quantidade de inscritos já era prevista. Outra questão ainda foi o fato de que entre os inscritos, observou-se um aumento do número de ausentes no dia do exame, outro aspecto provocado pela situação de pandemia que o país estava vivenciando.

O ENCCEJA tem como meta comprovar o avanço da educação da população menos favorecida. Todavia, nos últimos anos o que tem se firmado é uma frágil assistência estudantil que não consegue impedir a evasão provocada por fatores sociais que deveriam também ser assistidos e amenizados pelo poder público, mas que é tradicionalmente falho e limitado.

Sobre este cenário fica impossível não observar os aspectos sociais que implicam na educação de jovens e adultos. Na verdade, são aspectos socioeconômicos que envolvem as questões de saúde física e mental, saúde pública em geral, questões sobre o saneamento, o controle ambiental e vigilância sanitária, além de questões de emprego e renda, entre outros pontos tratados pelas políticas públicas e que são temas potenciais para serem tratados nas aulas da educação básica.

Para Cunha, Neves e Costa (2021) o contexto pandêmico ainda que não tenha trazido novos desafios a aplicação da modalidade da EJA, pode ser considerado como um agravador dos desafios já enfrentados pela equipe pedagógica desde que a modalidade foi concebida. Já sobre o olhar da Sociologia há quem defenda que as aulas remotas propostas trouxeram novas problemáticas ao se considerar que:

A tentativa de implementação das aulas online descortinou as desigualdades sociais graves que já fazem parte do cotidiano da população vulnerabilizada. Dessa forma, o ensino remoto durante a pandemia constitui um grande desafio para os profissionais da educação, pois a maioria não estava, e continua não

estando, preparada e não tinha, e continua não tendo, as ferramentas adequadas para dar início ao trabalho. Para grande parte dos estudantes, o acesso às aulas remotas se tornou um pesadelo pela falta de dispositivos eletrônicos, recursos computacionais e internet banda larga (Souza, 2020, p. 02).

Sobre estas afirmativas um estudo realizado por De Paula (2021) trás também evidência de que o ensino remoto e ensino híbrido intensificaram problemas já existentes na EJA e trouxeram novos obstáculos para a assiduidade durante os estudos ou ao menos para a inserção dos estudantes dessa modalidade de ensino nas turmas (Da Silva; Freitas; De Almeida, 2021).

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerando o cenário pandêmico, elaboramos um roteiro para guiar as entrevistas e em virtude das agendas dos entrevistados, e nossa, algumas vezes deixamos os entrevistados livres para expor de forma escrita, ou mesmo em áudio, as suas impressões sobre o ensino da Sociologia durante o período pandêmico para alunos da modalidade EJA. Para alguns entrevistados estas impressões se limitaram às perguntas apontadas no roteiro, para outros o professor expôs as experiências vividas em sala de aula de uma maneira mais ampla. Ao todo conseguimos realizar 5 entrevistas, com 3 mulheres e dois homens. Desses 4 foram contactados através do WhatsApp e uma conseguimos entrevistar pessoalmente mantendo o distanciamento e as medidas preventivas para a não contaminação do vírus da COVID-19 que a situação demandava.

Dentre os resultados encontrados pode-se destacar que todos os pontos temáticos levantados pela pandemia da COVID-19 (trabalho, renda, saúde, etc), são pontos discutidos pela Sociologia em sala de aula, por serem temas inerentes a heterogeneidade das turmas da educação de jovens e adultos. Naturalmente as mídias sociais e os telejornais impulsionaram e influenciaram discursos, uma vez que, em meio ao isolamento social proposto como forma de evitar a disseminação do vírus, as pessoas passaram a ficar mais tempo na internet e em frente à televisão. Sobre este aspecto um dos entrevistados pontuou que:

“Eu percebia que quando o assunto tratado na aula era sobre a pandemia, eles quebravam o silêncio e gostavam de falar. Muitos com pensamentos radicais e imaturos, que você percebe que é influenciado pelas redes sociais, mas outros chegavam a fazer boas reflexões sobre a pandemia, a política e outras questões. Mas eu acho que toda contribuição era boa pois seriam todos no processo de aprendizagem da sociedade” (Entrevistado C).

Esta diversidade observada na postura dos estudantes que é citada também em vários

artigos e até mesmo relatada no censo de educação básica (DEED/INEP, 2021), está relacionada às diferenças culturais, raciais, religiosas e principalmente de idade e financeira entre os alunos. São aspectos que de uma forma ou de outra provocam olhares e comportamentos diferentes sobre a mesma questão e o docente para lidar com uma turma oscilante nesse contexto precisa usar todo um conjunto de conhecimentos para auxiliar na não dispersão dos estudantes ou mesmo na evasão.

Sabe-se que a evasão é um indicativo negativo do ensino, porém num contexto pandêmico muitas podem ser as razões que levam a faltas e afastamento do processo educativo. Observamos que nos espaços onde o estudo foi aplicado houve evasão, porém a maioria dos entrevistados enfatizou somente a baixa participação. Sobre isto, um dos entrevistados citou:

“Na minha escola teve pouca evasão, a maioria dos estudantes “participaram” das aulas. Eles ficam conectados, “presentes”, mas sempre com a câmera desligada e participação zero. A assiduidade era baixa e até entendo, pois muitos são de baixa renda e tiveram dificuldade na pandemia. Outros não gostavam mesmo, por não saber mexer direito e usar a plataforma” (Entrevistado A).

Sobre o aspecto das ferramentas utilizadas na modalidade EJA para continuidade do ensino, mesmo durante a pandemia, destacam-se soluções adaptativas para este período, e uma das medidas adotadas foi à adesão ao ensino remoto. Ferramentas como: Google Meet, Classroom, Google Forms, Zoom, Skype, WhatsApp e o convencional e-mail se tornaram uma solução para o ensino remoto.

Sobre o aspecto do uso de equipamentos eletrônicos tais como smartphone, tablet e laptop, os autores Hurtado, Ramos Hurtado & Costa (2020), pontuaram em seu estudos realizados durante a pandemia que a utilização destes recursos pela equipe pedagógica na disciplina de Sociologia é positiva, gerando melhorias para o ensino e aprendizagem dos alunos. Contudo, submeter o alunado a utilização contínua deste aparelho que muitos deles nem possuem, é outra realidade.

O ensino no formato remoto, embora questionado por muitos, foi ainda a solução mais viável para que não houvesse uma interrupção total das atividades. Sobre o entendimento e uso de tecnologias, a maioria dos entrevistados demonstraram familiaridade com as plataformas e uso de tecnologias e aparelhos tecnológicos. Em média 50% dos entrevistados disseram, inclusive, ter participado e/ou ministrado cursos sobre o uso de mecanismos que são aplicados no ensino remoto. Sobre os cursos um dos entrevistados sinalizou que,

“Foi proporcionado o básico e mesmo assim, até hoje ainda tenho dificuldades com

as tic. Mesmo tendo computador e internet em casa era muito difícil sustentar as aulas por muito tempo, a internet caía. [A dificuldade] não era dar aula e sim saber usar os meios técnicos para entrar em aula on-line. Passei uns 3 meses utilizando o celular para da aula, pois o computador não sustentou o tranco, foi para o conserto e tive que comprar outro que agora precisa de conserto também” (Entrevistado D).

Além das dificuldades expostas, os entrevistados destacaram que durante este período, o ensino remoto não atingiu todos os envolvidos com a educação no mesmo formato, sendo mais acessível a uma fração do alunado e professores, causando desconforto e desgastes. Sobre tal cenário os entrevistados B e D vão pontuar que um dos aspectos mais complicados foram as dinâmicas das aulas,

“Ministrar aulas para ninguém. As aulas eram pela manhã, a participação era zero. No retorno às aulas [presenciais] deu para perceber claramente que eram raros os alunos que assistiam aula, de fato. Muitos colegas professores demoraram muito a se adaptar à utilização da tecnologia. Os estudantes têm celulares, mas não vão muito além das redes sociais, qualquer coisa a mais que é exigida eles têm dificuldades” (Entrevistado B).

“Não funcionou, pois uma minoria conseguia acessar, então passamos a utilizar o WhatsApp, com isso aumentou um pouco a participação” (Entrevistado D).

Além disso, também há o fato do trabalho dobrado, uma vez que apesar do ensino remoto os professores precisavam apresentar-se na escola para cumprir demandas pedagógicas e posteriormente para dar aulas aos que já podiam frequentar o ensino presencial com distanciamento.

Apesar destes relatos, a maioria dos entrevistados destacou o fato de que faltam na verdade, políticas públicas mais efetivas que tratem sobre o uso de ferramentas digitais e mais investimentos para a disponibilização de recursos que permitam uma boa aplicação do modelo de ensino remoto. Também é preciso ressaltar que o analfabetismo digital tem sido combatido de maneira isolada por docentes da modalidade EJA, mas é preciso maiores ações do governo federal para maiores efeitos a nível nacional.

## **5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

O presente artigo se propôs a trazer uma análise sobre alguns dos desafios enfrentados pelos docentes da disciplina de Sociologia durante a pandemia da COVID-19, de escolas públicas estaduais do município de Maceió que atuaram na modalidade da educação de jovens e adultos. Tivemos muitas dificuldades para a condução desse estudo, uma delas teve relação direta com o cenário de coleta de dados durante a pandemia.

Dentre os resultados observados gostaríamos de destacar que, considerando o suporte oferecido aos professores, no que tange a aproximação com as ferramentas digitais, embora capacitações tenham sido ofertadas pela SEDUC, o uso pedagógico das ferramentas digitais era algo muito distante da realidade dos professores das escolas analisadas, o que gerou muitas dificuldades na sua implementação durante as aulas, além disso a falta de investimentos em materiais que pudessem ser utilizados por professores e estudantes tornou o ensino no contexto de pandemia muito mais desafiador. Sem computadores, e com precário acesso a internet muitos estudantes acabam vivenciando maior precarização no acesso à educação nesse momento, tendo aulas pelo WhatsApp ou mesmo acessando materiais impressos ofertados pela escola.

Sobre o aspecto do desenvolvimento do alunado, foi observado a pouca adesão, com uma significativa evasão e dispersão das turmas. As razões que mais foram relatadas pelos professores destacam a forma como a pandemia afetou a rotina profissional e as condições financeiras das famílias, mas também chamaram atenção para a dificuldade que muitos de nós tivemos de associar o smartphone a um instrumento de estudo, já que a maioria antes da pandemia limitava seus aparelhos ao entretenimento e a comunicação pessoal.

Também deve ser destacado como desafio o analfabetismo digital, ou seja, a falta de noção básica para uso de tecnologias simples por meio de smartphone ou laptop; o baixo poder aquisitivo somando com o desemprego que muito dificultou a permanência no processo de aprendizagem; a dupla jornada exigida do docente (sala de aula/sala de aula virtual) e a falta de políticas mais efetivas que tratem sobre o uso de ferramentas digitais e mais investimentos para a disponibilização de recursos que permitam uma boa aplicação do modelo de ensino remoto.

Assim, considerando o exposto, se conclui que o trabalho produziu resultados que nos ajudam a compreender muitos desafios ainda postos na EJA em Alagoas que perduram desde a pandemia, à exemplo da implementação do ensino modular e da não elaboração de políticas específicas para essa modalidade de ensino no estado.

Esperamos que outras pesquisas possam ser elaboradas trazendo o olhar dos estudantes sobre esse momento de suas formações e que destaquem os desafios metodológicos enfrentados pelas escolas na pandemia e seus efeitos para a educação alagoana pós-pandemia.

## REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Educação. Portaria nº 4.904/2020, de 06 de Abril de 2020. Estabelece o regime especial de atividades escolares não presenciais nas Unidades de Ensino da Rede Pública Estadual de Alagoas, como parte das medidas preventivas à disseminação do Coronavírus (COVID-19). Diário Oficial do Estado de Alagoas, AL, 07 de abril. p. 5-6. Disponível em: <[http://educacao.al.gov.br/images/DOEAL-07\\_04\\_2020-portaria\\_Seduc.pdf](http://educacao.al.gov.br/images/DOEAL-07_04_2020-portaria_Seduc.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2023

ALAGOAS. Vem que dá Tempo: Incentivado pela filha, pai realiza sonho de concluir os estudos, aos 73 anos. **Portal Oficial do Estado de Alagoas**, 2022. Disponível em: <https://alagoas.al.gov.br/noticia/vem-que-da-tempo-incentivado-pela-filha-pai-realiza-sonho-de-concluir-os-estudos-aos-73-anos>. Acesso em: 18 nov. 2023.

BARROS JUNIOR, Jairo Menezes de; PRAZERES, Rodrigo Vicente dos; NEPOMUCENO, Gabriel Albino Ponciano; RITA, Luciana Peixoto Santa. Educação pública em Alagoas na perspectiva da economia comportamental: descrição do programa vem que dá tempo. **Diversitas Journal**, [S.L.], v. 7, n. 4, p. 3409-3432, 2022. Universidade Estadual de Alagoas. <http://dx.doi.org/10.48017/dj.v7i4.2341>.

BOCASANTA, Daiane Martins; RAPKIEWICZ, Clevis Elena; DA LUZ, Talia Prates. Letramento imagético e EJA no contexto de atividades remotas durante a pandemia. **Revista Educar Mais**, v. 5, n. 5, p. 1137-1158, 2021. BODART, Cristiano das Neves; TAVARES, Caio dos Santos. Os cursos de Ciências Sociais e Sociologia no Brasil: história e configurações. *Cadernos de Educação* | nº.64 | p. 1-26 | Jul./Dez. 2020.

BRASIL. Constituição Federal. Título VIII – Da ordem social, Cap. III- Da educação, cultura e esporte, Seção I – Da educação. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao\\_constituicao\\_federal.pdf](http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_constituicao_federal.pdf) Acesso em 28 set. 2021.

BRASIL. **Anuário brasileiro de educação básica**. Organização Priscila Cruz (Todos Pela Educação) Luciano Monteiro (Editora Moderna). Editora Moderna, 2021. Disponível em: [https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario\\_21final.pdf](https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21final.pdf) Acesso em 28 set. 2021.

BRASIL, Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio, Brasília, DF, jun. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm)>. Acesso em: 28/09/2021

BRASIL, Câmara dos Deputados. Lei nº 9.394, de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília, 2001.

BRASIL, Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 12 ago. 1971

BRASIL. Decreto nº 5840/06, de 13 de julho de 2006. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm)> Acesso em: 28 de set. de 2023

BRASIL. MEC/SETEC. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Documento Base PROEJA. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Brasília, ago. 2007.

CUNHA, Alessandra Sampaio Cunha, NEVES, Joana d'Arc Vasconcelos, COSTA, Nívia Maria Vieira. A EJA em tempos de pandemia de covid-19: reflexões sobre os direitos e políticas educacionais na Amazônia bragantina. **Nova Revista Amazônica**, Volume IX - Nº 01 - Março 2021 - Issn: 2318-1346. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/10026>. Acesso em 30 set. 2021.

CUNHA JÚNIOR et al. Educação De Jovens E Adultos (Eja) No Contexto Pandemia De Covid-19: Cenários E Dilemas Em Municípios Baianos. **Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade - Bom Jesus da Lapa**, v. 2, p. 01-22, jan./dez. 2020. ISSN 2675-1291| DOI: <http://dx.doi.org/10.46375/encantar.v2.0042>

CUNHA, Luís Antônio; XAVIER, Libânia. Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-brasileiro-de-alfabetizacao-mobral> Acesso em: 05 de out. de 2023.

DA SILVA, Camilla Rocha; FREITAS, Ana Célia Sousa; DE ALMEIDA, Nadja Rinelle Oliveira. A EJA e o ensino remoto emergencial: um olhar discente. **Ensino em Perspectivas**, v. 2, n. 4, p. 1-10, 2021

DEED - Diretoria de estatísticas educacionais/ INEP- Instituto Nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Estado de Alagoas Censo da Educação Básica 2020**. Brasil, 2020. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_do\\_estado\\_de\\_alagoas\\_censo\\_da\\_educacao\\_basica\\_2020.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_do_estado_de_alagoas_censo_da_educacao_basica_2020.pdf) Acesso em: 13 dez. 2021.

DE PAULA, Tiago Franco. Ensino remoto emergencial e a disciplina de sociologia em turmas da modalidade eja: um relato sobre estágio docente em Ceilândia, DF: An empirical report regarding a practical internship in CEM 03 de Ceilândia High School. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 5, n. 15, p. 98-111, 2021.

FLORÊNCIO, Maria Amélia de Lemos. A Sociologia no Ensino Médio: a trajetória histórica no Brasil e em Alagoas. In: PLANCHEREL, Alice Anabuki; OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes de (orgs.). *Leituras sobre Sociologia no Ensino Médio*. Maceió: EDUFAL, 2007.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

HURTADO, Antonio Paulo Guillen; HURTADO, Karine de Paula Ramos; COSTA, Priscila Carozza Frasson. O uso do smartphone como recurso pedagógico na disciplina de sociologia na EJA. **Diálogo**, n. 43, p. 99-106, 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Analfabetismo cai, mas Brasil ainda**

**tem 11 milhões sem ler e escrever.** Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=ANALFABETOS&searchphrase=all> Acesso em 30 set. 2021.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico do Estado de Alagoas – Censo da Educação Básica 2020.** Ministério da Educação, Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/resumo-tecnico-do-estado-de-alagoas-2013-censo-da-educacao-basica-2020>. Acesso em 29 set. 2021.

MELO, Valci. **Configurações e desafios do ensino de Sociologia no Sertão Alagoano.** Revista Em Debate (UFSC), Florianópolis, volume 14, p. 44-66, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/download/1980-3532.2015n14p44/32244/153948> Acesso em: 10 out.. 2023.

MINAYO, M. C. S. **Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação.** In: \_\_\_\_\_. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 261- 297.

MORAIS, Leila S.; SOUZA, Jordânia de A.; GAUDENCIO, Júlio Cezar. Ensino Remoto e o Ensino de Sociologia em um Centro de Educação de Jovens e Adultos. In: BEZERRA, A. A. Et al (Orgs). **PIBID/UFAL no contexto do ensino remoto emergencial: vivências, práticas e aprendizagens,** Curitiba : CRV, 2022.

NASCIMENTO, Francisco de Assis do; BORBA, Mônica Aparecida de. **A contribuição dos discentes e docentes da EJA, para a preservação do meio ambiente local.** 2015. 55 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania - EJA)—Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Brasília, 2015.

OLIVEIRA, Gilmar Antônio de. **A Educação de Jovens e Adultos: Avanços e Desafios.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 08, Vol. 03, pp. 126-138. Agosto de 2019. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/avancos-e-desafios> Acesso em: 30 de set. de 2023

OLIVEIRA, A.; CIGALES, M. P. O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO BRASIL: UM BALANÇO DOS AVANÇOS GALGADOS ENTRE 2008 E 2017: THE TEACHING OF SOCIOLOGY IN BRAZIL: A BALANCE OF PROGRESS MADE BETWEEN 2008 AND 2017 . **Revista Temas em Educação, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 42–58, 2019.** DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2019v28n2.46060. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/46060>. Acesso em: 11 out. 2023.

RAMOS, Michelle Damas. **A educação de jovens e adultos em tempos de pandemia no município de Ji-Paraná/RO.** 2021.

RODRIGUES, M. E. de C., & Machado, M. M. (2015). Educação de adultos em disputa – da pedagogia emancipatória à concepção “evolucionária”. *Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação - Periódico científico Editado Pela ANPAE*, 30(2). <https://doi.org/10.21573/vol30n22014.53679>

SALDAÑA, Paulo. **Governo Lula vai recriar secretaria de diversidade e inclusão no MEC, extinta por Bolsonaro.** Folha Uol, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/11/governo-lula-vai-recriar-secretaria-de-diversidade-e-inclusao-no-mec-extinta-por-bolsonaro>. Acesso em: 26 de out. 2023.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOUZA, Maria Marlete de. **A Educação de Jovens e Adultos em tempos de pandemia no contexto brasileiro.** Pensar e educar em pauta, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/a-educacao-de-jovens-e-adultos-em-tempos-de-pandemia-no-contexto-brasileiro/>. Acesso em 30 set. 2021.

VARGAS, Francisco Eduardo Beckenkamp. O ensino da Sociologia: dilemas de uma disciplina em busca de reconhecimento. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2011. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2011/10/ARTIGO-O-Ensino-da-Sociologia.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2023

VALERIANE, Thales. **Encceja 2020 ou Encceja 2021, qual é o certo?** Quero bolsa, 2021. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/revista/encceja-2020-encceja-2021-qual-certo>. Acesso em 30 set. 2021.

## ANEXO I

### ENTREVISTA

Perfil do Entrevistado	
<b>Nome:</b>	<b>Idade:</b>
<b>Formação:</b>	<b>Trabalha em quais disciplinas:</b>
<b>Tempo de atuação como docente de Sociologia:</b>	<b>Trabalha em quantas escolas :</b>

### QUESTIONÁRIO

- 1 – Como foi sua experiência com o ensino remoto?
- 2 – Você já tinha equipamentos e internet que atendessem as demandas desse momento?  
Ou precisou adquirir?
- 3 – Você realizou alguma formação para uso das plataformas digitais?
- 4- Como você tem lidado com as plataformas de ensino?
- 5 - A escola tem dado suporte no uso dessas plataformas?
- 6 – Qual a plataforma que tem usado para as aulas?
- 7 – Como tem sido o acesso e participação dos estudantes?
- 8 – Como avalia a frequência dos estudantes nas atividades remotas?
- 9 – Qual o tipo de atividade que tem utilizado?
- 10- Como está sendo a sua experiência coma EJA modular?
- 11- Você conhece o projeto da EJA modular?
- 12 – O que mudou no ensino na EJA depois da implementação do ensino Modular?
- 13- Como são preparadas as aulas para esta nova modalidade?
- 14 – Como tem sido a adesão dos estudantes a esse novo formato?
- 15 – Quais os principais desafios que você vivenciou durante o ensino remoto?